



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 08 2009	15h25min	63ª Sessão Ordinária	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 63ª
(SEXAGÉSIMA TERCEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
11 DE AGOSTO DE 2009.**

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Rogério Ulysses a secretariar os trabalhos da Mesa.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria dizer – e inclusive o Deputado Rogério Ulysses falará muito bem a respeito disso – que tivemos uma profícua reunião na Comissão de Constituição e Justiça, na qual pudemos avaliar, debater e, ao final, como é o jeito, julgar, sempre prezando pela constitucionalidade, pela legalidade, pela juridicidade, pela redação e pela técnica legislativa. Sob a presidência do Deputado Rogério Ulysses, que tão bem conduz aquela Comissão, julgamos cerca de 26 projetos. A Comissão trabalhou de maneira profunda, e pudemos debater vários temas. Agora à tarde, na Comissão de Defesa do Consumidor – que sei que é a Comissão preferida de V.Exa. –, tivemos um belo debate, e, muito especialmente, o Deputado Rogério Ulysses propôs um estudo. Esse estudo está sendo realizado pelo gabinete de S.Exa. e foi deferido naquela reunião com um ato de nossa lavra na Presidência. O Deputado Rogério Ulysses oportunamente falará disso, até porque, nesta hipótese, o sigilo me parece próprio à eficácia da posição tomada. A posição do Deputado Rogério Ulysses foi extremamente presente e contou com o apoio do Deputado Cristiano Araújo. Fizemos uma bela reunião, em que aprovamos 4 audiências públicas da Comissão de Defesa do Consumidor para os centros de ensino



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 08 2009	15h25min	63ª Sessão Ordinária	2

superior, as universidades e as faculdades do Distrito Federal. E fizemos mais, Sr. Presidente: tivemos a oportunidade, com a defesa dos Deputados Rogério Ulysses e Cristiano Araújo, de aprovar a realização, a partir da extração dos textos das atas das nossas audiências públicas realizadas no primeiro semestre, do livro que consagrará a atividade de defesa do consumidor. Até peço a V.Exa. que, se puder, dê uma prioridade a nossa gráfica para fazermos estes exemplares.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Deputado Chico Leite, não tenha dúvida. Esta Presidência acata o encaminhamento de V.Exa. Se, na gráfica, não houver condição técnica de realizar a impressão, certamente, pelo menor preço possível, nós o faremos externamente, porque isso é uma prioridade da Casa.

DEPUTADO CHICO LEITE – Muito obrigado, Sr. Presidente. V.Exa. está cumprindo o que disse na ocasião de sua posse.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 145 - Suplemento, de 14/08/2009, juntamente com a ata sucinta da 63ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Dá-se início aos
Comunicados da Mesa.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Secretário que proceda à leitura da sessão anterior.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

- Ata da 62ª Sessão Ordinária.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 08 2009	15h25min	63ª Sessão Ordinária	3



VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
5ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA- 2007/2010

DEPUTADO (A)	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP		X	
BENEDITO DOMINGOS - PP		X	
BENÍCIO TAVARES – PMDB		X	
BISPO RENATO – PR	X		
BRUNELLI – DEM		X	
CABO PATRÍCIO – PT		X	
CHICO LEITE – PT	X		
CLÁUDIO ABRANTES - PPS		X	
CRISTIANO ARAÚJO – PTB		X	
DOUTOR CHARLES – PTB		X	
ÉRIKA KOKAY – PT	X		
EURIDES BRITO – PMDB		X	
GERALDO NAVES – DEM		X	
JAQUELINE RORIZ – PSDB	X		
MILTON BARBOSA – PSDB		X	
PAULO TADEU – PT		X	
PEDRO DO OVO - PMN		X	
RAAD MASSOUH – DEM	X		
RAIMUNDO RIBEIRO - PSL		X	
REGUFFE – PDT		X	
ROGÉRIO ULYSSES – PSB	X		
RÔNEY NEMER - PMDB		X	
WILSON LIMA – PR		X	
LEONARDO PRUDENTE – DEM	X		
TOTAL	07	17	


SECRETÁRIO DEPUTADO (A)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 08 2009	15h25min	63ª Sessão Ordinária	4

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Há *quorum* para discussão.

Esta Presidência informa que o Deputado Geraldo Naves encontra-se de licença médica.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay. (Pausa)

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (Bloco Parlamentar Progressista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar a Deputada Erika Kokay, a Deputada Jaqueline Roriz, o Deputado Bispo Renato, o Deputado Raad Massouh, a imprensa aqui presente e as pessoas que nos assistem pela *TV Distrital*. Venho a esta tribuna, primeiro, para falar da nossa limitação como Deputado Distrital. É uma limitação angustiante, Deputada Jaqueline Roriz, e digo o porquê dessa angústia. Nos últimos dias, nós tivemos uma onda de violência impressionante! Uma onda de violência que aterrorizou toda a cidade de São Sebastião e as redondezas; fruto, talvez – e aí eu percebi –, de uma política de segurança pública no Distrito Federal que não dá conta de oferecer segurança pública para o cidadão. Duas pessoas foram assassinadas a bala, em menos de 2 horas, por acerto de contas ou por briga de gangues. Nesse final de semana, no domingo, 2 pessoas foram baleadas. Uma está em estado grave no hospital, e a outra vem se recuperando. Mas são números que estão muito além de simples estatística.

Eu comecei a me perguntar, Deputado Chico Leite, o que eu, como Deputado Distrital, posso fazer para ajudar em um problema de segurança pública. Então, chamei minha assessoria e perguntei quais são os mecanismos formais que a Câmara Legislativa do Distrito Federal me concede para pressionar o Governo a oferecer à população segurança de qualidade. A minha assessoria fez um estudo e disse o seguinte: “Deputado, V.Exa. pode fazer um pronunciamento”. E eu me perguntei: um pronunciamento? Um pronunciamento, Sr. Presidente, para falar de problema de segurança. Será que pronunciamento resolve alguma coisa? Nós ficamos falando aqui e, muitas vezes, parece que estamos falando para as paredes, para o vazio. Parece que nós estamos falando sozinhos, porque os Parlamentares escutam, sensibilizam-se, mas o problema é que a solução não está aqui. O problema é que a reação está no Poder Executivo, que, muitas vezes, não escuta aquilo que é falado neste plenário.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 08 2009	15h25min	63ª Sessão Ordinária	5

Então, seguindo a orientação da minha assessoria, estou aqui fazendo um pronunciamento, pedindo que, pelo amor de Deus, o Governo do Distrito Federal responda a essa onda de violência. Responda com policiamento na rua. Faça uma ação conjunta na cidade de São Sebastião para tentar impactar a marginalidade, para o marginal saber que ele está matando, roubando, assaltando, mas que o Estado tem poder de reação, que o Estado vai reagir a essas ações criminosas.

Além disso, sugeriu-me a minha assessoria que eu fizesse uma indicação, Deputada Erika Kokay, pedindo, mas não vou pedir, vou implorar. Vou implorar que, pelo amor de Deus, o Exmo. Governador do Distrito Federal crie uma força-tarefa de segurança pública envolvendo a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal para coibir os atos violentos em São Sebastião pelo período de, pelo menos, 2 meses.

Está aqui a indicação. Mas, além da indicação, eu queria pedir que, pelo amor de Deus, o Governo ouvisse esse pedido e que nós pudéssemos reagir a essa onda de violência que está acontecendo em São Sebastião.

Mais que isso, estou aqui usando mais um instrumento legislativo. Já que nós não temos tanto poder assim, eu vou usar o poder que a Casa me oferece: um requerimento. Estou requerendo informação ao Secretário de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal sobre o efetivo da Polícia Civil e da Polícia Militar na Região Administrativa de São Sebastião, a RA XIV, porque eu tenho certeza, Deputado Chico Leite, de que o que está acontecendo ali é fruto da falta de policiamento. O efetivo de São Sebastião, há anos, não recebe incremento de policiais. Nós estamos sem recursos humanos e sem recursos físicos.

Eu quero aqui fazer um registro de que os policiais, tanto os militares como os civis, têm feito um trabalho árduo para tentar oferecer segurança àquela cidade. Quero aqui destacar o trabalho do Sr. João Carlos Lóssio, Delegado-Chefe da 30ª Delegacia de Polícia, que tem feito um ótimo trabalho, e do Major Agrício, responsável pela Polícia Militar do Distrito Federal.

Espero que esse requerimento de informação seja respondido para que eu possa mostrar à população que o problema de violência que está ocorrendo na nossa cidade se deve à falta de policiais, porque nós temos bons policiais, mas são poucos.

Por fim, Sr. Presidente, estou protocolando nesta Casa, hoje, um requerimento de realização de uma audiência pública no dia 20 de agosto – eu gostaria, Deputada Erika Kokay, de aprovar hoje esse requerimento –, às 20 horas, no Ginásio de Esportes do CAIC UNESCO de São Sebastião, para debater a violência na cidade, para chamar a população, o Secretário de Segurança, os Parlamentares desta Casa e as lideranças comunitárias a fim de que possamos reagir, porque o que eu posso dizer é o seguinte: a comunidade está atemorizada. Ao apresentar esse requerimento de audiência pública, eu queria, aqui da tribuna, pedir o comparecimento do Secretário de Segurança porque, quando aprovamos audiência



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 08 2009	15h25min	63ª Sessão Ordinária	6

pública na Câmara Legislativa, nós chamamos a comunidade, mobilizamos as pessoas para falarem sobre um tema de interesse da sociedade, e é muito ruim quando não aparece nenhum representante do Governo. É uma falta de respeito com o Poder Legislativo quando o Parlamentar vem à Casa, apresenta um requerimento de informação, pede votos para sua aprovação, procede à votação, marca audiência pública, a comunidade aparece, e não aparece ninguém do Governo.

Hoje pedirei aos Parlamentares e a V.Exa., Sr. Presidente, que me ajudem a aprovar esse requerimento de audiência pública, pedindo também ao Secretário de Segurança que nos ajude e ao Governador Arruda que nos escute e faça um trabalho de reação. Se tivermos, em uma semana, 2 assassinatos, 2 pessoas feridas a bala no domingo, nesta semana o Governo tem que reagir. Cadê o BOPE? Cadê a Polícia Especializada? É hora de concentrar a polícia em São Sebastião para tentar reagir à marginalidade.

Recentemente, um programa de âmbito nacional da *Rede Globo* chamado *Profissão Repórter* manchou o nome de São Sebastião nacionalmente quando a classificou como a cidade mais violenta do Distrito Federal, como a cidade que tem mais gangues juvenis em Brasília. Eu quero dizer daqui desta tribuna que aquele programa talvez tenha exagerado um pouco na dose, talvez tenha exagerado um pouco no sensacionalismo, mas conseguiu mostrar que, de fato, São Sebastião é hoje uma cidade minada por gangues que não conseguem conviver. Elas acabam, em momentos específicos, se encontrando. E são os jovens que matam. E são os jovens que morrem.

Quero finalizar, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Deputada Erika Kokay, Deputada Jaqueline Roriz, Deputado Chico Leite, Deputado Milton Barbosa, dizendo dessa angústia de Parlamentar, de político, quando, às vezes, falam que o político não pode fazer nada, que o político não faz nada. Às vezes, é isto o que escutamos na rua: "O político não faz nada!". Pois estou aqui: um político tentando fazer alguma coisa com os instrumentos que tem. O primeiro deles é a palavra, tentando usar a tribuna da Câmara Legislativa para fazer um apelo desesperado contra a violência, e mal consigo ser ouvido pelos meus pares. O segundo é o uso dos instrumentos legislativos aos quais tenho prerrogativa: requerimento de informação, indicação, audiência pública.

Às vezes, quando as pessoas me perguntam na rua o que um Deputado faz, respondo que o Deputado clama desesperadamente por atenção em nome daquele que o elegeu, usa de papéis que ficam engavetados, que sequer foram respondidos. Eu pergunto se algum Parlamentar desta Casa já teve alguma indicação respondida. Não teve.

Nós, hoje, Deputado Chico Leite, na Comissão de Constituição e Justiça, sabemos dos limites que a lei nos impõe ao legislar sobre essas matérias.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 08 2009	15h25min	63ª Sessão Ordinária	7

Então, concluo, pedindo, pelo amor de Deus, ao Governo do Distrito Federal que atenda a este pedido desesperado: vamos responder à marginalidade. Não vamos deixar que São Sebastião, uma cidade que está melhorando muito do ponto de vista de infraestrutura, uma cidade que está recebendo investimentos como nunca recebeu do Governo do Distrito Federal, seja vítima da violência, vítima das gangues.

Eu moro em São Sebastião. Não tenho segurança. Não tenho motorista. Eu ando sozinho na minha cidade. Nunca fui assaltado, mas eu não posso conviver com assassinato, com tiro, com violência, com assalto. E parece que ninguém está querendo fazer nada para ajudar.

Então, Sr. Presidente, concluo pedindo ajuda: primeiro para aprovar essa audiência pública, se possível como item extrapauta na sessão de hoje; segundo para pedir, pelo amor de Deus, à Secretaria de Segurança Pública que faça uma ação integrada e reaja à violência que está acontecendo em São Sebastião.

Era isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Muito obrigado, Deputado Rogério Ulysses.

Esta Presidência está absolutamente solidária com V.Exa., pronta para subscrever qualquer expediente ao Governador ou ao Secretário e exigir que as informações cheguem dentro do prazo regimental. Não o fazendo, outros instrumentos deverão ser usados para que se cumpra o que determina a Lei Orgânica do Distrito Federal.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é de se registrar nos Anais da Casa esse requerimento feito a Deus pelo Deputado Rogério Ulysses. V.Exa. vê que as nossas dificuldades são tantas que S.Exa. teve que requerer a Deus.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Certamente requereu a quem manda nas coisas, a quem pode.

Convido o Deputado Milton Barbosa a secretariar os trabalhos da Mesa.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último dia 30 de julho, o Diário Oficial publicou o Relatório de Execução Orçamentária do 3º bimestre de 2009. De acordo com o Relatório, que especifica os recursos que compõem a base de cálculo para aplicação mínima em ações e serviços de saúde, o Distrito Federal obteve até junho



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 08 2009	15h25min	63ª Sessão Ordinária	8

o montante de R\$ 3.962.770.000,00 (três bilhões, novecentos e sessenta e dois milhões, setecentos e setenta mil reais). Deveria ter aplicado pouco mais do que R\$ 518 milhões, o que corresponderia a 15% do total de impostos de competência estadual e 12% de competência municipal, de acordo com o que prevê a Constituição, mas o Distrito Federal, até junho deste ano, aplicou apenas R\$ 253.606.000,83 (duzentos e cinquenta e três milhões, seiscentos e seis mil reais e oitenta e três centavos). Subtraíu, portanto, da Saúde, desrespeitando a Constituição, pouco mais de R\$ 265.280.000,00 (duzentos e sessenta e cinco milhões, duzentos e oitenta mil reais).

Ora, isso talvez justifique a precarização da Saúde aqui no Distrito Federal. Mas este tipo de processo absolutamente teimoso e resistente em seguir a Constituição não se vê no pagamento para a iniciativa privada. A Real Sociedade Espanhola recebeu até o dia de hoje 14,4 milhões de reais. A Real Sociedade Espanhola, que tem um hospital aberto há quatro meses, funcionando apenas um ambulatório, menos de 10% da sua capacidade, recebeu 14,4 milhões de reais até o dia de hoje, neste ano.

Deputado Chico Leite, V.Exa. sabe quanto o Distrito Federal investiu em equipamentos na Saúde? Em raio-X, hemodiálise? Por volta de 12 milhões de reais no semestre! Pensem: 12 milhões se investiram em equipamentos na Saúde do Distrito Federal!

DEPUTADO PAULO TADEU – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro quero dizer a V.Exa., como Presidente desta Casa, do Poder Legislativo – e parabeno a Deputada Erika Kokay, nossa Líder, pelo discurso – que, durante a vinda do Secretário de Saúde a esta Casa, esses números já tinham sido fruto de debate nesta Mesa. Naquele momento, poucos – principalmente a imprensa do Distrito Federal – deram ouvidos para aquela situação. Mas hoje começa a ficar muito claro por que a Saúde de Brasília está na UTI. Enquanto se aplicam bilhões de reais no sistema financeiro, os pacientes não têm sequer remédios para serem atendidos decentemente nos nossos postos de Saúde ou mesmo nos nossos hospitais. É impossível acreditar que o Governo aplique menos do que determina a Constituição Federal na Saúde pública, enquanto tem bilhões de reais aplicados no sistema financeiro, deixando os brasilienses à míngua no que se refere à Saúde.

Portanto, quero me somar a V.Exa. e dizer, Deputada Erika Kokay, que a única alternativa para isso – sabe qual é? – é uma comissão parlamentar de inquérito para investigar a situação da Saúde pública do Distrito Federal.

Então, quero parabenizar V.Exa. pelo discurso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 08 2009	15h25min	63ª Sessão Ordinária	9

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Agradeço o aparte de V.Exa., Deputado Paulo Tadeu.

Vejam bem, foram investidos 12 milhões e foram pagos 14,4 milhões à Real Sociedade Espanhola neste ano, que só tem 10% de sua capacidade funcionando. O Governo do Distrito Federal recebeu, no ano passado, do Ministério, 378 milhões de reais para a Saúde – Fundo Nacional para Fundo Local –; portanto, sem destinação específica. Para investir na Saúde. Em março deste ano, havia ainda 238 milhões de reais aplicados no Banco de Brasília. Obviamente, se estão aplicados, é liquidez para o próprio Banco financiar, quem sabe, a iniciativa privada com recursos da Saúde. No final do ano, havia 22 milhões de reais, que seriam destinados para consultas, vacinas, pré-natais e partos. Desses 22 milhões, os 22 milhões ficaram no Banco. Deveriam ter sido gastos com vacinas, pré-natais e partos. E de 9 milhões de reais que foram depositados para medicamentos, havia 12 milhões em aplicação financeira. O que estamos vendo na Saúde é um verdadeiro descalabro!

A Secretaria de Saúde do Estado paga R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais), em média, por diária de UTI. Os convênios privados pagam por volta de R\$ 1.700,00 (mil e setecentos reais). E os leitos de UTI que o Secretário disse que iria montar na rede pública... os *kits* estão encaixotados porque foram emprestados da iniciativa privada.

Portanto, frente a tudo isso, para manter o Estado Democrático de Direito, esta Casa tem que instaurar uma CPI para que possamos investigar leitos emprestados, investigar terceirização da gráfica... O Governo está pagando R\$ 0,30 (trinta centavos) por um formulário. Se fossem feitos na gráfica da Saúde, gastaria R\$ 0.03 (três centavos) no máximo. E as máquinas estão paradas porque não se compra papel. Temos de investigar a postura de um Governo que tem entregado a Saúde para a iniciativa privada em detrimento da população. E digo para vocês: não há estrutura na rede para enfrentar a Gripe Suína, porque estamos sendo vítimas da Gripe Suína e da Gripe Espanhola, com a Real Sociedade Espanhola, que foi processada recentemente pelo Ministério Público da Bahia e pelo Ministério Público Federal, depois de 2 anos de investigação.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Deputada Erika Kokay, quero me solidarizar com quase tudo que V.Exa. falou. A Saúde está beirando ao caos no Distrito Federal.

Tomo a liberdade de solicitar um aparte a V.Exa. para fazer um comentário sobre o pronunciamento do Deputado Rogério Ulysses, que não diferiu muito do de V.Exa. Ambos falam sobre as dificuldades que o Governo tem tido na área de Saúde e na área de Segurança. Eu só queria corrigir o Deputado Rogério Ulysses. Um



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 08 2009	15h25min	63ª Sessão Ordinária	10

Deputado – e sei que S.Exa. fez esse pronunciamento porque é um *gentleman* – não precisa implorar para que os secretários e os administradores venham a audiências ou a sessão legislativa. Deputado Distrital é mandatário do povo. Quando S.Exa. foi eleito, quando eu fui eleito, tornamo-nos mandatários. Então, podemos convocar, mandar os secretários virem aqui. Quando esta Casa não faz isso é porque tem uma relação de cordialidade, o que é importante, com o Executivo. Agora, faço essa reflexão. Realmente temos tido alguns problemas, mas a Casa tem autonomia.

Parabenizo o brilhante discurso de V.Exa., Deputada Erika Kokay, e coloque-me à disposição para contribuir com o que puder, não somente com a segurança em São Sebastião, mas com a segurança de todo o Distrito Federal. Considero muito ruim uma matéria que foi pautada sobre São Sebastião. Esta região não merece isso, ela não é a cidade mais violenta no Distrito Federal.

Então, esse era o comentário que eu gostaria de fazer. Cheguei um pouco atrasado e não consegui fazer essa intervenção no pronunciamento do Deputado Rogério Ulysses. Mas faço questão de me solidarizar com V.Exa. em quase tudo que falou.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo à Deputada Erika Kokay mais 1 minuto para que conclua seu pronunciamento.

Solicito a todos que abram mão dos apartes neste momento para que outras pessoas possam falar. O Deputado poderá utilizar o expediente da questão de ordem.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Agradeço o aparte do Deputado Batista das Cooperativas.

Sr. Presidente, se existe a paralisia da gráfica, que faz com que se gaste muito mais – 30 centavos por formulário pagos à Uni Repró, quando se poderia gastar 3 centavos por formulário, se fossem feitos na gráfica da Saúde; se temos leitos de UTI privados; se temos a contratação, sem licitação, de leitos de UTI privados e *Kits* de UTI que o Governo disse que iria instalar, UTIs públicas, que foram emprestados da iniciativa privada sem formulação, sem qualquer tipo de formatação; se temos uma Farmácia Central, que está sendo entregue a uma empresa armazenadora de grãos; se temos 12 milhões de investimentos na rede pública e 14 milhões, ou mais do que isso, pagos à Real Sociedade Espanhola, e o hospital funciona com apenas 10% de sua capacidade; se temos todo esse descabro, obviamente temos de responder com uma CPI.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Creio que cabe a esta Casa se sentir guardiã da moralidade e da transparência. Não existem momentos mais ricos de diálogo com a população do que em uma CPI. Tanto é assim que as últimas pesquisas indicam que, quando a população se lembra da Câmara Legislativa, lembra-se da CPI dos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 08 2009	15h25min	63ª Sessão Ordinária	11

Cemitérios. Portanto, esta Casa tem de dialogar, e dialogar significa instalar a CPI Digital, que seguiu todos os trâmites regimentais. Portanto, há que se instalar a CPI da Saúde para que não tenhamos, após algum tempo, de dizer à população por que fomos cúmplices por omissão.

Convido todos os Parlamentares a assinarem a CPI da Saúde para darmos uma resposta ao povo do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não vou precisar usar todo o meu tempo. Quero apenas registrar que assinarei a instalação da CPI da Saúde, como também nunca faltou uma assinatura minha para que esta Casa investigasse o que quer que fosse.

Penso que esse é um assunto que tem de ser investigado com extremo rigor por esta Casa Legislativa. É um assunto extremamente sério, extremamente grave e eu vou assinar o requerimento para instalação da CPI da Saúde nesta Casa.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero chamar a atenção dos Líderes, não mais com relação à CPI da Saúde, porque eu já concordo plenamente com a sua instalação – ouviram, Deputada Erika Kokay e Deputado Reguffe? –, para o acordo que fizemos, Deputada Eurides Brito, Deputado Brunelli, sobre a questão das igrejas.

Lembro-me muito bem de que fizemos o primeiro projeto, que aqui foi discutido, e ficaram de fora algumas igrejas. Foi assumido o compromisso com todos os Líderes, inclusive com a Liderança do Governo, de, num segundo momento, apreciarmos a inclusão de outras áreas que tinham ficado de fora daquele projeto das igrejas. O fato é que já se passaram vários dias, até meses, Sr. Presidente, e eu estou sendo cobrado, inclusive, quanto ao acordo que foi feito nesta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Sr. Deputado, já está na Casa.

DEPUTADO PAULO TADEU – Mas eu queria pedir a V.Exa., que também assumiu o compromisso, que votássemos o mais rápido esse projeto, porque demos a palavra lá fora. Esta semana conversarei com V.Exa. e com a Deputada Eurides Brito para que coloquemos esse projeto em votação, pois, para nós, está muito ruim a situação.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Perfeitamente, Deputado. Houve um acordo e o Governo fez a parte dele. Encaminhou o projeto



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 08 2009	15h25min	63ª Sessão Ordinária	12

para esta Casa já no final do mês de maio, e, como no mês de junho estávamos com a agenda econômica muito carregada, não foi possível realizar a votação. Mas esta Presidência se compromete a colocar o projeto na pauta tão logo os vetos sejam analisados, a não ser que os Líderes deixem os vetos para que possamos entrar na questão do projeto.

DEPUTADO PAULO TADEU – Particularmente, Sr. Presidente, acho que esse acordo prevalece, sob o ponto de vista político, sobre os vetos, porque foi um acordo de todos nós. Nós assumimos um compromisso.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero apenas esclarecer o Deputado Paulo Tadeu, até porque, naquela sessão em que votamos os projetos das igrejas, eu realmente, como Líder do Governo, assumi o compromisso com V.Exa. e com mais 2 deputados que tinham projetos constantes dos estudos anteriores que não apareceram mais.

Eu envidei esforços junto à TERRACAP, o projeto entrou aqui, e eu o considero complementar ao primeiro. Sr. Presidente, isto é importante: eu considero o projeto que entrou aqui complementar ao primeiro, porque complementou, sanou os equívocos do outro. Não pode ser confundido com o processo novo, pois a TERRACAP continua recebendo projetos lá. Agora, veio para Casa e está na Comissão de Assuntos Fundiários. Se não me engano, o relator é o Deputado Brunelli. Eu até falei recentemente com o Deputado Brunelli, não é Deputado?

DEPUTADO BRUNELLI – Temos que deixar claro aqui a justiça dos pedidos da Deputada Eurides Brito. S.Exa. tem feito realmente gestões em relação a esse pleito do Deputado Paulo Tadeu. Inclusive, vou aproveitar esse horário que nós estamos usando agora, Deputada Eurides Brito, para solicitar a V.Exa., pois, assim como foi acordado, cumprido o compromisso e encaminhado pelo Governo o projeto de lei do Executivo que vem resolver parte daquele acordo, vou reiterar, já conversamos informalmente e V.Exa. também é uma lutadora, nessa questão, em favor de outras dezenas de igrejas que ficaram fora da lei, como o Deputado Leonardo Prudente. Também ficamos apreensivos, Deputada Eurides Brito, após esse acordo, sobre a continuidade, para que o Executivo possa enviar uma nova mensagem a fim de que tenhamos a possibilidade de trazer a legalização também aos clubes de serviços, sejam Rotary, Lions ou outra entidade social, e também a igrejas evangélicas, católicas... O Deputado Leonardo Prudente tem uma série de pleitos. Eu também tenho. Acho que V.Exa. ficou um pouco no prejuízo, porque as igrejas adventistas também não puderam entrar naquele processo. Se V.Exa. puder firmar um compromisso formal, como Líder do Governo, pedindo encaminhamento dessa próxima etapa ainda neste ano, será muito gratificante para nós.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 08 2009	15h25min	63ª Sessão Ordinária	13

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Deputado Brunelli, Deputado Paulo Tadeu, tenho acompanhado a questão na TERRACAP e vejo que são 3 momentos. O projeto que já está na Casa é uma complementação àquele primeiro que votamos, para aquelas coisas que não foram incluídas no primeiro. Estou trabalhando, como V.Exa. e outros, junto à TERRACAP e é bom informar a todos os Deputados interessados e àqueles que ficaram ainda com um terreno de assistência social, de igreja (uns chamam de igreja, outros de templo, enfim, o nome que tenha), que deve entrar aqui um novo processo. Esse, sim, com um número maior, mas desde que dentro daquele prazo. A baliza é o prazo do anterior. Então, até o fim de outubro, virá para cá outra leva de processos que não tem nada a ver com esse que está tramitando na Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Obrigado, Deputada Eurides Brito.

Informo ao Plenário que vou me retirar por alguns instantes, porque receberei uma comenda no Tribunal Superior do Trabalho, homenagem que quero compartilhar com todos os Deputados desta Casa.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, houve um acordo de que só aprovaríamos a redação final do projeto das igrejas quando adentrasse na Casa o projeto que complementa a primeira relação. Os projetos que já haviam recebido emendas, sido discutidos e que não foram formalizados, portanto, não foram transformados em lei. O projeto adentrou nesta Casa; entretanto, ele não tem andado. Está absolutamente sobrestado, absolutamente paralisado. Eu gostaria que explicassem a mim, à sociedade e, inclusive, às entidades religiosas e de assistência social que estavam na expectativa da aprovação desse projeto por que ele não tem andado. Aprovamos a redação final, se não me falha a memória, em maio. Em maio, esse projeto adentrou nesta Casa e não houve qualquer tipo de movimento no sentido de transformá-lo em lei. Por fim, digo que ainda há o compromisso, que aqui foi retratado pela Deputada Eurides Brito, Líder do Governo, de um novo projeto, até porque várias religiões de matriz africana, afro-brasileira, por exemplo, não foram contempladas. Nenhuma delas foi contemplada. Uma religião que remonta, inclusive, a tradição de resistência dos que foram escravizados neste País.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 08 2009	15h25min	63ª Sessão Ordinária	14

Portanto, temos que dar o mesmo tratamento – assim que foi estabelecido – a todas as formas de diálogo com o Divino, ou seja, todas as formas de religiosidade. Que possamos – eu gostaria, Sr. Presidente, de providências da Mesa Diretora – apreciar o projeto que complementa a relação inicial e pressionar o Governo para que remeta a esta Casa o outro projeto. Penso que todos os endereços deveriam passar por uma avaliação prévia da TERRACAP, porque é muito ruim para esta Casa apreciar endereços que são colocados sem que haja qualquer tipo de avaliação técnica.

Temos tempo suficiente para que a TERRACAP faça uma avaliação técnica prévia dos endereços, para que o Executivo formate isso em um projeto e para que esta Casa faça uma discussão, porque, Sr. Presidente, a assistência social – incluo aí Rotary e Lions, que cumprem uma função social – é fundamental para um país tão sequelado e que editou e reeditou, tantas vezes, as casas grandes e senzalas.

O povo precisa do exercício da religiosidade e da atuação social daqueles que fazem da sua vida a opção para promover o bem-estar e aliviar o sofrimento de tantas vítimas dos corredores de exclusão social, as entidades de assistência social.

Solicito, portanto, Sr. Presidente, providências da Mesa Diretora para que possamos apreciar o projeto e também – aproveitando – que tenhamos mecanismos de higienização das mãos para evitar a Gripe Suína. Deveríamos ter, em cada gabinete, álcool em gel. Todos sabem que a higienização das mãos é um elemento fundamental para que não haja uma propagação dessa Gripe. A Saúde, nesta cidade, está destruída! É preciso que tenhamos prevenção. Reafirmo, além da necessidade de uma comissão parlamentar de inquérito, a necessidade de convocarmos o Secretário de Saúde para dar explicações sobre a Gripe Suína. Ocorreu o primeiro óbito no Distrito Federal e, segundo informações, o atendimento foi tardio. A pessoa que faleceu procurou a rede pública e não foi atendida devidamente. A rede pública está destruída e entregue à iniciativa privada. São 14,4 milhões para a Real Sociedade Espanhola e muito menos que isso para equipamentos e insumos na rede pública.

Era apenas isso, Sr. Presidente. Solicito à Mesa Diretora essas duas providências.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Uma de suas solicitações está na mão do Deputado Brunelli e a outra, nas duas comissões. Solicitaremos pressa para que isso chegue ao plenário.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cheguei a este plenário com um pouco de atraso



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 08 2009	15h25min	63ª Sessão Ordinária	15

porque, pela manhã e até o início da tarde, eu estava junto ao Poder Executivo tomando providências para que a mensagem que trata do reajuste da carreira de Assistência à Educação do Distrito Federal chegasse a esta Casa. Aqui está ela. Quero lê-la neste momento, já antecipando meu apelo.

O meu apelo é que possamos votar essa matéria como extraordinária e extrapauta na tarde de hoje, porque se trata de questão salarial da maior relevância, Sr. Presidente. Não se trata de crédito, trata-se da mensagem do reajuste da carreira de Assistência à Educação do Distrito Federal.

Leio a mensagem, então, para que se cumpram os trâmites legais.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 145 - Suplemento, de 14/08/2009, juntamente com a ata sucinta da 63ª Sessão Ordinária.)

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, como esta Casa tem sido tão compreensiva outras vezes, eu pediria que V.Exa. consultasse o Plenário para saber se podemos, na tarde hoje, votar essa matéria, que é da maior relevância.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato o pedido da Deputada Eurides Brito. S.Exa. fez um apelo para que votemos os reajustes da Carreira de Assistência à Educação do Distrito Federal. Consulto o Plenário se existe algum óbice em apreciarmos essa matéria hoje. (Pausa.)

Havendo *quorum*, colocaremos a matéria em discussão e votação.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nós acompanhamos todo o movimento dos educadores, dos auxiliares da Educação. Trata-se de educadores fundamentais para as nossas meninas e os nossos meninos. Acompanhamos toda a discussão. Sabemos que houve uma negociação e que há uma proposta de 5% que seria aprovada pela Câmara. Entretanto, nós precisamos conhecer o projeto. Então, peço vistas do projeto apenas para confirmar se este guarda absoluta coerência com o que foi negociado. Falo isso porque nem sempre foi assim com o que o Executivo enviou. Não teremos nenhum óbice. Apenas solicito o projeto para que possamos avaliá-lo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – V.Exa. pode solicitar a leitura do projeto junto à assessoria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 08 2009	15h25min	63ª Sessão Ordinária	16

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, há a intenção de realizarmos amanhã uma comissão geral. Há um acordo com a Líder do Governo para que esta comissão se inicie a partir das 17 horas a fim de não se impedir a realização da sessão ordinária.

Há um acordo também – obviamente que ele não é impeditivo para quem queira fazer uso dos Comunicados de Líderes e de Parlamentares – para que possamos prescindir dos Comunicados e entrar direto na pauta. Logo após, realizaríamos a comissão geral para discutirmos a Lei Maria da Penha, que completa 3 anos.

Eu gostaria de saber se o meu pedido com relação à comissão geral foi acatado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não há óbice com relação a essa questão. Pergunto à Líder do Governo se há algum óbice com relação ao pedido da Deputada Erika Kokay. (Pausa.)

Deputada Erika Kokay, em breve darei a minha resposta a V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (Bloco Social Trabalhista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assessores, Deputado Wilson Lima – muito elegante de azul e verde –, hoje todos falaram, falaram, falaram e se esqueceram de dizer que hoje é o Dia do Advogado. Sra. Paola Lima, há exatos 32 anos, eu me formava em Direito aqui no CEUB, hoje UNICEUB. Ela está rindo porque colocou em seu blog uma questão de adivinhação com uma foto minha daquela época. Também hoje é o Dia da Televisão e o Dia do Estudante. O Deputado Paulo Tadeu fez uma sessão solene para homenageá-los. Hoje também é o Dia do Garçon, esta categoria que tão bem o Deputado Chico Leite conhece, assim como eu e o Deputado Rogério Ulysses. É verdade ou não é? Eu queria parabenizá-los, então.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Milton Barbosa, com relação ao Dia do Garçon, principalmente, venho aqui para defender que seja obrigatório o repasse a eles dos 10% de gorjeta. Não é possível que se apropriem disso!

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Exatamente. Concordo com V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 08 2009	15h25min	63ª Sessão Ordinária	17

Sr. Presidente, o Deputado Rogério Ulysses é autor de um requerimento, que tramita aqui na Casa, de uma reunião para tratar da violência em São Sebastião, aquela grande cidade em que o referido Deputado habita. Inclusive, S.Exa. está acolhendo assinaturas. Eu fiquei, embora não parecesse, prestando atenção aos termos que S.Exa. usou aqui para justificar o requerimento.

Eu quero só dizer a todos os Deputados – principalmente ao Deputado Rogério Ulysses, que tem evidentemente de puxar para o lado da cidade dele, o que é muito justo – que sobre índices de violência, sobre segurança ou falta de segurança, há casos gravíssimos que saltam aos olhos. São mais claros que a luz solar. Depois entrarei em detalhes aqui. Eu, inclusive, mandei pegar os dados para que V.Exa. tenha uma ideia, Deputado Rogério Ulysses.

Ceilândia tem 4 delegacias policiais. Somente a 15ª DP, no centro de Ceilândia, registrou, no ano passado, 22 mil ocorrências, sendo que 12 mil são criminais. Nas 4 delegacias, o número de ocorrências gira em torno de 40 mil, das mais variadas. Evidentemente, isso não vai tirar de V.Exa. a razão de pedir audiência para São Sebastião.

Andei no Areal, há 15 dias, e estive onde se chama ali de *Praça do Tráfico*. Lá encontramos 2 casas literalmente com marcas de balas nas paredes. Evidentemente, na condição em que estou, levei o fato ao Governador, que é o chefe máximo do Governo e que hoje realiza uma mini audiência pública lá. A situação, de fato, hoje é esta: as praças são tomadas de pessoas que geralmente não têm uma ocupação, que estão desocupadas porque não têm o que fazer – as atividades de lazer são diminutas – e que não têm oportunidades normais na sociedade em que vivemos. E o que é pior: não se faz um logradouro público para que aquele local não seja transformado em local de consumo de drogas. E eu digo isso, aproveitando que V.Exa. pediu, para que nos posicionemos e ajudemos a população a acordar, no sentido de buscar as oportunidades com quem as tem e as pode oferecer, que é o Governo. Nós próprios poderíamos ser ajudantes na condução desse processo. Vá a uma cidade e você encontrará várias pessoas nas praças ou nas avenidas conversando, batendo papo, porque não têm o que fazer.

Então eu parabenizo V.Exa., Deputado Rogério Ulysses, por ter feito o requerimento da audiência pública, pois, assim, V.Exa. está cuidando da sua comunidade. Agradeço V.Exa. por me dar a oportunidade de falar sobre o assunto.

Quando tiver oportunidade, vou verificar e trazer os números. Os policiais civis que estão somente em Ceilândia, em média de 50, são obrigados a dar conta do número de ocorrências daquela cidade. E ousa dizer que a tão cantada, a tão falada impunidade que existe no Brasil começa no balcão de uma delegacia. Não é que os policiais não sejam capacitados. É que o número é diminuto. Assim como na área da Saúde se escolhe o doente – infelizmente é assim –, nas delegacias também se



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 08 2009	15h25min	63ª Sessão Ordinária	18

escolhe a ocorrência que será apurada, a começar pelo bem maior que o Código Penal prevê: a vida. Primeiro a vida, depois o patrimônio, e assim por diante.

Portanto, quero parabenizar V.Exa. e dar esse testemunho, porque sou da área. Fui Diretor-Geral da Polícia Civil e dei autonomia administrativa e financeira a ela. Mas posso dizer que a dinâmica da sociedade é tão grande que as corporações e os governos não acompanham as mudanças que se operam e a demanda de serviços que é multiplicada no dia a dia.

Eu vou fazer outro comentário: é preciso que o Governo tenha uma política de reposição de efetivo. O Governador mandou, num dia desses, só na minha área, na Polícia Civil, quase 3 mil policiais. No entanto, da remessa da proposta ao Presidente da República, já que é uma lei federal, até a formação de um policial, decorrem, no mínimo, 2 anos. É por isso que eu digo que há que haver uma política de reposição com calendário, porque senão as corporações não aguentam.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado Milton Barbosa, agradeço a V.Exa. a concessão do aparte. Em primeiro lugar, quero dizer que V.Exa. é autoridade no que diz respeito à segurança pública por ser da área, por ter militando durante muitos anos como delegado.

Fiz hoje esse pronunciamento desesperado porque acredito que cabe ao Governo ter foco também nas ações de segurança. Se uma cidade está tendo uma conduta atípica, um número de incidentes maior do que as outras, é necessário que o Governo, naquele momento, responda, para que a marginalidade perceba que o estado está atendo a manter a ordem pública.

Aproveitando o pronunciamento de V.Exa. e este aparte, acrescento aqui um pedido que me esqueci de fazer durante o meu pronunciamento. Peço ao Governo do Distrito Federal, caso realmente esteja com dificuldade de efetivo, que a Força Nacional venha atuar em Brasília. Recentemente, o Entorno conseguiu baixar o seu índice de violência com a atuação da Força Nacional.

Portanto, aproveito este aparte que V.Exa. me concedeu para pedir ao Governo do Distrito Federal que, se, de fato, não houver efetivo suficiente para tentar conter, neste momento, a onda de violência em São Sebastião, peça que a Força Nacional atue naquela cidade, porque não dá para convivermos com pessoas sendo assassinadas à luz do dia. Duas pessoas foram assassinadas em menos de 2 horas. Tivemos 2 baleados no domingo.

É contra isso que nós queremos lutar.

Agradeço V.Exa. por estar aqui somando voz e fazendo coro nessa luta pela paz.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 08 2009	15h25min	63ª Sessão Ordinária	19

DEPUTADO PAULO TADEU – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Milton Barbosa, parabeno V.Exa. e o Deputado Rogério Ulysses pela preocupação com a segurança pública nas nossas cidades, pela luta em defesa da paz. Somo-me a todas as iniciativas que procuram construir a paz nas nossas cidades, em especial no meio dos nossos jovens.

É muito importante que entendamos que a segurança pública e o fim da violência só virão com uma mudança estrutural deste País. Não adianta fazermos marchas e mais marchas em defesa da paz se não há ações estruturais concretas que mudem a realidade da maioria da população brasileira. É fundamental que este País faça a reforma agrária, que é ainda uma vergonha. Este País é um dos poucos do mundo que ainda não fez a reforma agrária para distribuir terras, gerar emprego, renda e, inclusive, crescimento social. O Brasil é um dos países mais atrasados no que se refere ao aspecto fundiário.

No Congresso Nacional, está-se tentando aprovar uma emenda, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que tenta impedir a desapropriação da terra. A desapropriação de terra é um dos poucos artigos que perduram de constituição a constituição neste País. É necessário que se faça a desapropriação de terras improdutivas para fazer a reforma agrária e distribuir renda. Não é mais possível que este País continue a concentrar a renda como concentra, nas mãos de poucos. Os banqueiros brasileiros continuam ganhando milhões e milhões de reais à custa da pobreza e da miséria da população brasileira. O próprio modelo agrário brasileiro baseado no agronegócio, que funciona apenas para exportar produtos como a cana-de-açúcar e a soja, é outro atraso no nosso País.

Somo-me, sim, à luta pela paz. Mas a luta pela paz passará efetivamente pela mudança estrutural deste País, das nossas cidades. Assim, somo-me a todos aqueles que querem realmente construir uma paz duradoura para os nossos jovens e para os nossos habitantes. E para isso ocorrer, precisamos mudar toda a estrutura econômica e fundiária deste País, que infelizmente está a serviço de poucos em detrimento da maioria da população.

Somo-me a V.Exa., parabeno-o pelo discurso e digo que a defesa da paz é a defesa de todos nós.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Agradeço os apartes do Deputado Paulo Tadeu e do Deputado Rogério Ulysses.

Encerrarei por aqui. E consigno, ao final, que o Deputado Wilson Lima está muito elegante de azul e gravata verde.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 08 2009	15h25min	63ª Sessão Ordinária	20

Concedo a palavra ao Deputado Benício Tavares. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito. (Pausa.)

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Algum Deputado gostaria de fazer uso da palavra? (Pausa.)

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Em razão do acordo de Liderança, incluo como item extrapauta da presente sessão o Projeto de Lei nº 1.334, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera o vencimento básico da Carreira de Assistência à Educação do Distrito Federal e dá outras providências”.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de dizer à Líder de Governo que, no que diz respeito ao projeto da Carreira de Assistência à Educação, existe um item nele que especifica: “... os proventos serão estendidos aos aposentados, no que couber”. Achamos que é preciso suprimir o termo “no que couber”, pois fica vago, na medida em que algumas gratificações são naturalmente impedidas de serem estendidas. É essa a ressalva. Estamos preparando uma emenda para retirar a expressão “no que couber”, porque vale-transporte e vale-alimentação já são intrinsecamente vetados ao aposentado.

Com isso, votaremos o projeto. As tabelas correspondem e estão bem coadunadas com o que foi negociado.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, estamos construindo um acordo para fazer amanhã a sessão especial sobre a Lei Maria da Penha, desde que aprovemos hoje: o Plano de Cargos e Salários da Carreira de Assistência à Educação; o Projeto de Lei Complementar nº 34, de 2007, que também já foi examinado pela Líder de Oposição, e em que não há problema; o Projeto de Lei Complementar nº 118, de 2009 — estou esperando só uma ligação telefônica da CAESB para definir a data da audiência pública —; e o item nº 10, o Projeto de Lei 1.198, de 2009. Essa seria a pauta que votaríamos na tarde de hoje. Amanhã teremos convidados aqui, e ficaria desagradável dizer que eles têm de sair para os Deputados realizarem a sessão ou dizer aos Deputados que deverão sair para que os convidados da sessão especial entrem. Ou se faz uma coisa ou se



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 08 2009	15h25min	63ª Sessão Ordinária	21

faz outra, na tarde. Caso contrário, nenhuma das realizações será bem feita. É isso que estamos acordando. Poderíamos começar a votação com o que já está pactuado, o Plano da Carreira de Assistência à Educação. Nesse tempo, incluiremos os outros itens na pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Eurides Brito, acato o pedido de V.Exa. A emenda está acordada?

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, a emenda eu acho desnecessária, porque “no que couber” é uma linguagem legislativa. Tanto faz tirar como ter. Mas, por cautela, toda técnica legislativa registra “no que couber”. Então, estaremos inaugurando uma nova fase de legislação, a partir de hoje, retirando a expressão “no que couber”. Ou seja, não cabe pagar vale-alimentação, vale-transporte, mesmo no que estiver lá. Ai de quem for tirar o que cabe a um aposentado ou inativo! Até eu, que também sou aposentada, estarei nas ruas gritando. A expressão “no que couber” está na legislação, e o que abunda não prejudica. Isso é técnica legislativa. Aplica-se àquela carreira, no que couber. Todas as legislações brasileiras trazem isso. Não vamos brigar agora sobre a carreira da Educação por causa de uma expressão consagrada na redação legislativa, Deputada Erika Kokay. Não vamos deixar de aprovar um plano por causa da expressão “no que couber”.

Aliás, eu acompanhei as discussões do SAE com a Secretaria de Planejamento e Gestão todo o tempo. É verdade! Pode olhar para mim. Eu acompanhei durante todo o tempo. Nunca houve nenhuma discussão que fosse para tentar passar a perna no outro. Foram discussões claras sobre o que se pleiteia, o que se diz. Esse é um trabalho que eu acompanhei *pari passu*. Não se está pensando em passar a perna e dizer “põe aí qualquer coisa para nós retirarmos isso aqui”. Não fiz isso. Então eu me sinto, quando se quer tirar a expressão, que é consagrada em técnica legislativa, “no que couber”... E aqui eu estou à frente do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, à frente de um Procurador. Vamos tirar a expressão de toda legislação brasileira? “No que couber”, isso é técnica legislativa. Daí eu passo a encarar como uma suspeição sobre o trabalho que eu desenvolvi, de articular que esse projeto fosse discutido lá, e hoje só saí de lá quando o retirei, com a mensagem, vindo para cá. Eu me sinto sob suspeição.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, na verdade não há divergência quanto ao conteúdo. Mas, “no que couber”... Eu tenho a maior confiança na sinceridade das palavras da Deputada Eurides Brito. Entretanto, nós temos um Governo que, sob o argumento falso de que havia uma crise assolando os pilares do Distrito Federal, congelou os salários; que, sob o argumento



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 08 2009	15h25min	63ª Sessão Ordinária	22

falso de que estávamos próximos da Lei de Responsabilidade Fiscal, congelou o pagamento de hora extra e, inclusive, a contratação de novos concursados.

Portanto, Sr. Presidente, nós podemos até ver outra redação, já que temos absoluta consonância quanto ao conteúdo. Porque quando retiramos “no que couber”, nós também partimos do pressuposto de que o que já é restrito ou o que já a lei restringe não há por que ser colocado em um projeto de lei a ser aprovado aqui nesta Câmara. Ou seja, vale-transporte e auxílio-alimentação já são vedados aos aposentados. Então, não há que se colocar “no que couber”, porque da forma como está, se amanhã houver outra restrição aos aposentados, eles serão prejudicados. Podemos até modificar a redação e colocar que fica vedado, excetuado o que já é vetado por lei.

Nós estamos aqui tentando estabelecer um diálogo, partindo do pressuposto de que há concordância no conteúdo, porque nós acompanhamos a luta dos trabalhadores da Educação e a sua grande mobilização. E esta mobilização, sem nenhuma dúvida, transformou-se hoje em um projeto a ser apreciado por esta Casa. Estamos de acordo em votá-lo, queremos apenas coadunar a forma como está estabelecido o conteúdo.

Deputada Eurides Brito, não coloco V.Exa. em suspeição, mas tenho inúmeros motivos para colocar o Governo sob suspeição.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, é isso que não posso aceitar. Eu sou Líder deste Governo, que eu não coloco sob suspeição. Quando a lei cautelar foi votada nesta Casa – como houve lei cautelar também na esfera federal –, o Governo disse “se”, e, vendo que podia, fez e está cumprindo todos os compromissos. Agora, o grande medo do Governo aconteceu. Não é um governo que se assusta sem ter motivo. Sabe V.Exa. para quanto caiu o percentual do Fundo Constitucional para o ano de 2010? Deputada Erika Kokay, eu gostaria que V.Exa. ouvisse esse percentual. Este Governo não se apavora à toa, apavora-se com muita razão.

O Fundo Constitucional, que se dizia que era de 18,80%, depois se configurou. Veio a correção da esfera federal dizendo que era de 15,8%. E agora o Governo Federal já fechou o percentual do Fundo Constitucional para o ano que vem. O aumento é de quanto? O aumento é de 1%. Então, quem trabalha com finanças públicas não pode ver o agora, tem que ver o ontem como estava, o hoje, mas principalmente a projeção para o amanhã, para que os empregados do Governo, os que carregam o estado, o pessoal que realmente faz a máquina do estado funcionar, entre os quais estão o pessoal da Carreira de Assistência à Educação, não passem amanhã por um dissabor.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 08 2009	15h25min	63ª Sessão Ordinária	23

Deputada, o que estou dizendo é que, se eu achasse que este Governo engana, enrola, eu não estaria nesta liderança, porque eu não preciso, por vaidade, ter um título de líder, porque isso só me dá trabalho, isso subtrai 80% do meu tempo de atividade parlamentar. Então, eu faço a Liderança do Governo porque creio nos projetos, creio nas intenções e creio realmente nas ações. Eu não preciso deste título. Eu estou sendo prejudicada em meu horário parlamentar, mas me coube e, então, estou desenvolvendo esta tarefa. Se acontecesse de eu reconhecer que estava sendo passada para trás, eu iria lá e negociaria com os servidores, como fiz com a Carreira de Assistência e com várias outras carreiras, porque eu não anuncio, não preciso, é a minha função. Eles procuram normalmente a Líder do Governo. Se eu visse que o pactuado lá não foi o que chegou aqui, eu seria a primeira a estar ao lado deles.

Então, eu acho que estamos fazendo de um pingo d'água um oceano, que só está prejudicando quem está esperando a aprovação da mensagem que está aí e que se transformará em projeto de lei. Claro que, óbvio, "no que couber". Não cabe tirar, não tira. No que couber. Não vai se tirar nada. Tudo foi discutido *ipsis literis*.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Ficaremos discutindo aqui o tempo todo, e acabará o *quorum*.

Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu sugiro que apreciemos a matéria o mais rapidamente possível, até porque, lembrando o que foi acordado e não foi cumprido, houve o acordo de encaminhar o projeto do DER para esta Casa. Esse acordo foi feito com o Governador em exercício, o Secretário de Planejamento, mas ainda não chegou.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Deputada Erika Kokay, chegará uma enxurrada de projetos cujas redações estão sendo terminadas. Não ficará um só sem vir. A Dra. Josélia tem trabalhado noite e dia, e eu estou acompanhando o mutirão lá. Agora, botei plantão lá, tirei primeiro o da Assistência, não deixei que viesse no pacote.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de dizer que o compromisso era que ele estivesse nesta Casa no dia 1º de agosto. E, se não me falha a memória, se me é permitido falar e poder utilizar o microfone no tempo devido, estamos no dia 11 de agosto, Dia dos Estudantes –



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 08 2009	15h25min	63ª Sessão Ordinária	24

minhas homenagens aos estudantes – e também Dia dos Advogados. O compromisso foi para o dia 1º.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Dá tempo ainda, Deputada.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, eu sugiro que apreciemos a matéria da Educação o mais rapidamente possível, porque ela, sem nenhuma dúvida, não mereceria toda esta discussão por um pingão d'água. Se é realmente um pingão d'água, não se poderia transformá-lo em tempestade. Mas, para que as águas da tempestade não carreguem os Deputados e, conseqüentemente, o *quorum*, eu sugiro a V.Exa. que apreciemos o projeto imediatamente e também o requerimento, pois a Comissão Geral acontecerá amanhã.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência gostaria de fazer uma proposta ao Plenário também. Há um projeto de lei desta Casa e um projeto de resolução que regularizam a situação do pessoal da Funcal. Então, peço a compreensão dos Deputados.

Deputada Erika Kokay e Deputada Eurides Brito, nós temos 2 projetos para apreciar que legitimam a situação da Funcal.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 145 - Suplemento, de 14/08/2009, juntamente com a ata sucinta da 63ª Sessão Ordinária.)

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a direção do SAE respalda o projeto, de maneira que podemos votá-lo imediatamente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.334, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera o vencimento básico da Carreira de Assistência à Educação do Distrito Federal e dá outras providências”.

A Presidência designa o Deputado Chico Leite para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita parecer pela Comissão de Assuntos Sociais.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 08 2009	15h25min	63ª Sessão Ordinária	25

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, enquanto apreciamos o parecer ao projeto da Educação, nós gostaríamos de conhecer o projeto da Funcal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência solicita à Assessoria que providencie o projeto à nobre Deputada Erika Kokay.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.334, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera o vencimento básico da Carreira de Assistência à Educação do Distrito Federal e dá outras providências”.

Sr. Presidente, todo projeto de reajuste – é necessário que se diga que esse projeto é, na realidade, de reposição – é de grande valia, porque não atende ao servidor ou à servidora, mas ao usuário do serviço. Esse é que é o verdadeiro destinatário, toda a sociedade, todas as vezes em que se qualificam servidores e servidoras.

O projeto tem o apoio da direção da entidade que lidera a Carreira. Por isso, tem o apoio do Partido dos Trabalhadores. De maneira que manifestamos favoravelmente, no mérito, ao projeto em debate.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da CAS. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer oral da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.334, de 2009, que “altera o vencimento básico da Carreira de Assistência à Educação do Distrito Federal e dá outras providências”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 08 2009	15h25min	63ª Sessão Ordinária	26

Sr. Presidente, a presente mensagem encaminha a esta Casa o reajuste da Carreira de Assistência à Educação do Distrito Federal, nos termos em que foram discutidos com a Secretaria de Planejamento e Gestão Administrativa.

O Governo diz que as despesas decorrentes da aplicação dessa lei correrão à conta de recursos consignados ao Distrito Federal.

Traz anexo único com a tabela dos vencimentos e com o impacto na folha de pagamento, que são requisitos essenciais para que seja aprovado. Então, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças encaminha pela aprovação, Sr. Presidente.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Rogério Ulysses, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer oral da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.334, de 2009, que “altera o vencimento básico da Carreira de Assistência à Educação do Distrito Federal e dá outras providências”.

A proposição foi encaminhada pelo Chefe do Poder Executivo. Não havendo, portanto, nenhum vício em relação à constitucionalidade, nós somos pela admissibilidade no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.

Esse é o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 08 2009	15h25min	63ª Sessão Ordinária	27

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.334, de 2009. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito, após a apreciação dos outros projetos dos quais pedimos a inclusão na pauta, a votação do Projeto de Lei nº 1.334, de 2009, hoje, também em segundo turno, tendo em vista que amanhã nós vamos ter comissão geral.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa., não havendo nenhum óbice por parte dos demais Deputados.

Deputada Erika Kokay, V.Exa. tem uma resposta a respeito do projeto de resolução e do projeto de lei que legitima o ato da FUNCAL? Não há problema?

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, na nossa avaliação, não há óbice; entretanto, nós gostaríamos de, antes da apreciação do projeto, aprovar a comissão geral.

Há um acordo de que nós votaríamos mais 2 projetos, além do da Educação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – São esses 2.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Não. São 2 projetos do Executivo, além do da Educação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não, é só esse. São os 2 de que estamos falando.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Não, Sr. Presidente.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Não. É o Projeto de Lei Complementar nº 34, de 2007, e o Projeto de Lei Complementar nº 118, de 2009, sobre o qual estou aguardando um telefonema da CAESB para dizer a data da audiência pública. Mas já está acordado com a Oposição o Projeto de Lei Complementar nº 34, de 2007.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 08 2009	15h25min	63ª Sessão Ordinária	28

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – É o item nº 10 da pauta?

DEPUTADA EURIDES BRITO – Certo. É em relação a esse que nós já fizemos um acordo para prioridade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Estabelece regras de concessão de progressões e promoções funcionais e dá outras providências. É o Projeto de Lei nº 1.198, de 2009.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, existem pequenas observações acerca do projeto, mas há também uma grande observação. O Conselho Superior da FUNCAL não pode ser autor de projeto nesta Casa. A Mesa Diretora, sim.

Portanto, há apenas um pequeno problema quanto à remuneração no Projeto de Lei nº 1.333. Vamos proceder à discussão para tentarmos, se possível, um acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, o Conselho da FUNCAL é a Mesa Diretora. Por isso é ela quem está propondo.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, então é a Mesa Diretora. O Conselho Superior da FUNCAL é outra instituição e, regimentalmente, Conselho Superior não pode ser autor de projeto. Mas isso é de pequena importância. Nós gostaríamos apenas de apresentar uma emenda. Acredito que não haverá divergência e poderemos apreciá-la agora.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, enquanto isso, como há unanimidade quanto à aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 34, de 2007, que trata de área para o Tribunal de Justiça em Brazlândia, solicito que ele seja incluído na pauta da Ordem do Dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Eurides Brito, tenho dificuldades em inserir o projeto na pauta porque...

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acatando o acordo entre as Líderes do Governo e da Oposição, encerraremos a presente sessão, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta para apreciação dos itens da pauta, dos que foram incluídos nela e do segundo turno do Projeto de Lei nº 1.334, de 2009.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
11 08 2009	15h25min	63ª Sessão Ordinária	29

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h08min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 148-Suplemento, de 19/8/2009.